

Universidade de Brasília
Instituto de Artes
Departamento de Artes Cênicas

Thays Rosa de Lima

**Uma reforma curricular no curso de Licenciatura em
Artes Cênicas, a partir do ensino de deficientes
auditivos na escola GISNO**

Brasília
Junho de 2013

Thays Rosa de Lima

**Uma reforma curricular no curso de Licenciatura em
Artes Cênicas, a partir do ensino de deficientes
auditivos na escola GISNO**

Trabalho de conclusão do curso de Artes
Cênicas, habilitação em Licenciatura, do
Departamento de Artes Cênicas do
Instituto de Artes da Universidade de
Brasília.

Orientador: Prof. Dr. José Mauro
Barbosa Ribeiro

Brasília
Julho de 2013

AGRADECIMENTOS

Dedico esse momento, primeiramente a Deus que sempre me deu a vitória em tudo aquilo que me permitiu vivenciar, dedico em especial, a minha mãe, Vilmarina. Lembro-me claramente do momento em que entrei no carro dos meus pais na véspera da prova de habilidades específicas decidida a não fazê-la, logo após ter passado por um trauma educacional. Minha mãe como uma mãe de verdade enxugou minhas lágrimas e me lembrou de toda a minha luta até aquele dia. Com a conclusão dessa monografia entrego à senhora mais essa etapa em minha vida.

Não posso esquecer de maneira nenhuma do meu pai que sempre se doou para a realização de todos os meus sonhos, aos meus irmãos que me fazem ser cada dia melhor, para continuar sendo sempre o espelho deles. Ao Cleison, com quem escolhi dividir minha vida meu muito obrigado por tanto apoio. Que eu possa sempre retribuir os gestos de carinho de cada um de vocês.

Agradeço também a Taynara Vales, amiga, companheira e parceira de tantos anos, nosso silêncio sempre me fez crescer e me ajudou a superar cada disciplina.

E finalmente a UnB. Ao departamento de Artes Cênicas e todos os seus membros por tanta dedicação por cada um que nele passou. Em especial, ao meu orientador, José Mauro, por esse ano de convivência, paciência e apoio. Obrigada por me dar a certeza que te escolher como parte fundamental nesse processo foi uma ótima escolha.

Meu muito obrigado a todos que passaram por este Projeto.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1. A ESCOLA	07
1.1. Histórico da escola	07
1.1.1 <i>Objeto de estudo</i>	08
1.2. Cenário de ensino aprendizagem	09
1.2.1 <i>Inserir e/ou incluir, o que é isso?</i>	11
2. O ENSINO DAS ARTES	14
2.1. Estágios Obrigatórios	16
2.2. Currículo de Artes na UnB	19
2.3. Leis que norteiam a Educação dos PNEE	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
ANEXOS	30

INTRODUÇÃO

Outro dia conversando com um antigo professor de filosofia¹ do Ensino Médio, falávamos sobre meu interesse na inclusão de deficientes auditivos no sistema educacional da escola pública. Relembrávamos meus anos como aluna do Centro Educacional GISNO e do meu primeiro contato com a deficiência: Estava eu no primeiro ano, no meio do segundo bimestre, exatamente na aula de filosofia e um novo aluno adentrou a sala de aula; apresentou um papel ao professor e se encaminhou ao fundo da sala. Sentou-se e ali permaneceu quieto por mais dois tempos de aula; no intervalo fui me apresentar e pude perceber que meu novo colega de classe era mais um aluno com deficiência auditiva na escola. Eu nunca tinha tido contato direto com nenhum deficiente auditivo.

Com o passar do tempo e a convivência com as aulas, eu pude perceber que os professores, em geral, não sabiam lidar com o meu amigo deficiente e esta não era uma particularidade com ele, já que os professores não conseguiam transmitir com tranquilidade os conteúdos para nenhum dos deficientes auditivos da escola, digo deficientes auditivos, pois é a parte de meu maior interesse neste trabalho. Muitas vezes, eu e outros alunos ditos “normais” éramos liberados das atividades para ajudar os colegas com deficiências auditivas a concluírem as atividades do cotidiano na sala de aula.

Atualmente, no Centro Educacional GISNO existem 55 alunos matriculados com algum tipo de deficiência (dados esses adquiridos no Plano Político Pedagógico da escola). Alguns desses deficientes não reagem com tranquilidade à situação da deficiência e outros não aceitam essa condição de maneira nenhuma, como dito em conversa pela Professora Ana Maria, uma das idealizadoras do projeto de Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Os alunos que não tem o acompanhamento acabam sendo uma problemática para o projeto AEE, pois não tendo este auxílio do projeto, o professor perde o direito de poder obter apoio em como lidar com as necessidades peculiares desse aluno.

¹Carlos Gomes, ex-professor da escola Centro Educacional GISNO (CED GISNO), me deu aula durante três anos e sempre me estimulou a conscientização de cidadania na relação aluno x professor.

O projeto fornece apoio aos professores como, por exemplo, auxílio na elaboração das provas, professoras que fazem a tradução simultânea nas salas de aulas e que colocam na chamada de classe, ao lado do nome dos alunos com deficiência, a abreviação da deficiência com que o aluno é diagnosticado, para facilitar o reconhecimento do professor, mas esses apoios só podem ser ofertados, com a autorização do aluno e dos familiares. Os que não aceitam a condição de deficiência não recebem o acompanhamento da equipe do AEE, o que é um atraso significativo na educação dos mesmos, já que sem esse apoio o preparo do professor tem que ser “maior que o normal”, devido ao tratamento que se deva ter por ser um aluno deficiente não aceitante de sua deficiência.

O apoio do AEE (Atendimento Educacional Especializado) conta com uma equipe de duas professoras capacitadas para esse atendimento psicológico, e duas tradutoras de libras² que acompanham parte dos alunos em sala de aula (vide plano político pedagógico da escola), porém esse atendimento ainda não é suficiente para a inclusão acontecer de forma adequada na escola GISNO, devido à proporção de apoio em relação ao número de alunos e professores.

Nesse trabalho pretendo apresentar informações sobre a escola em pauta, sua estrutura, funcionamento, a composição de seu corpo docente e discente, assim como também questionar a formação dos profissionais atuantes na escola. Diagnosticar os motivos para a falta de preparo dos professores de artes cênicas e dialogar sobre as necessidades dos alunos deficientes auditivos na escola GISNO são os assuntos que pretendo discorrer nesse trabalho final de curso.

Já que acredito na democratização do atendimento aos alunos como um todo, sendo ele deficiente ou não, os mesmos direitos e deveres lhe devem ser proporcionados, de acordo com a sua capacidade, e não serem excluídos por suas dificuldades de aprendizado.

² Língua Brasileira de Sinais

1. A ESCOLA

O Centro Educacional GISNO faz parte do meu processo como aluna, pois estudei durante cinco anos nela, cursando desde o final do Ensino Fundamental e durante o Ensino Médio completo. Após a conclusão do Ensino Médio não consegui me desvencilhar dessa instituição e, sempre que possível recorria escola para minhas pesquisas da universidade. Já no final do ano de 2012, quando iniciei o meu TCC, entrou um novo professor no GISNO com uma nova forma de lidar com os alunos em geral, e isso me chamou a atenção para poder melhor analisar as diferentes formas de atendimento aos alunos com deficiência auditiva.

1.1. Histórico da escola

Segundo o plano político pedagógico da escola, do ano de 2013, a mesma é situada na quadra 907 Norte e foi fundada em 1º de março de 1971 com o nome de Ginásio do Setor Noroeste e sua primeira direção foi comandada por uma mulher, a diretora Ezilda Tereza Rocha Pereira. Depois de varias mudanças no formato da administração da instituição seu nome inicial foi alterado para Centro Educacional GISNO.

Dentre outras coisas, por muitos anos o GISNO foi uma escola de 1º e 2º grau. Mas durante no ano de 2004 essa realidade foi alterada e o GISNO aboliu o 1º grau de seu setor de atuação. No ano de 2011 a escola começou um processo de escola-integral, projeto ainda não totalmente consolidado mediante as faltas de estrutura pedagógica que ainda não estão alinhadas com suas necessidades, porém a escola já vem atendendo também nesse seguimento.

Hoje o GISNO tem cerca de mil quinhentos e quarenta alunos distribuídos em trinta e seisturmas entre os seguimentos de Ensino Médio regular, EJA³ 3º seguimento, projeto de aceleração de aprendizagem e a escola integral, que auxilia na consolidação das disciplinas aplicadas no

³ Ensino de Jovens e Adultos

matutino e a disseminação cultural. Muitas são as participações da escola em meio à cultura artística: festivais musicais, corais, concursos de poesias e muitas participações teatrais (por nove anos fui participante atuante do grupo de teatro da escola, o Giz-No Teatro). OGISNO com o tempo devido, principalmente ao empenho da ex-professora Gloria Teixeira foi conhecido nacional e internacionalmente como uma escola de grandes talentos através das apresentações dos alunos e comunidades em festivais pelo mundo. A escola também tem segundo sua direção 400 alunos em diversos cursos da Unb.

O GISNO é organizado pelo conselho escolar, direção estudantil, Associação de Pais e Mestres - APAM e Grêmio Estudantil, e conta hoje com sessenta e oito professores em seu quadro. Em relação ao espaço físico, a escola busca manter ativa a biblioteca que sobrevive de doações dos alunos e da comunidade, e a sala de judô, que possui sérios problemas de infraestrutura, mas ainda existe graças à persistência de poucos. Nas quadras poliesportivas facilmente se notam a necessidade de reformas, assim como as trinta e seis salas de aula que também necessitam de reparos urgentes. Existe, ainda, um auditório na escola que seria muito bom, se não fossem as péssimas condições em que se encontra, e infelizmente a escola não tem recursos o suficiente para manter um espaço tão grande, e como a cultura e o esporte não são as prioridades, o mesmo acaba sendo abandonado.

A escola possui também salas de vídeo com aparelhos que, na maioria das vezes, não funcionam com perfeição. Em contraposição, a sala de artes recebeu no ano de 2012 uma televisão para poder auxiliar com imagens e filmes legendados, os cinquenta e cinco alunos deficientes que a escola tem; com esse auxílio as aulas de artes poderão ser mais palpáveis e mais facilmente compreendidas pelos alunos atendidos pela escola.

1.1.1. Objeto de Estudo

No GISNO pude encontrar a matéria prima para o meu trabalho de conclusão de curso. Com a existência desse grupo de cinquenta e cinco alunos com necessidades especiais, distribuídos em turmas variadas da escola, que

fazem parte do programa de apoio do AEE, que fornece um auxílio minimamente necessário para que os deficientes possam permanecer em sala de aula com os outros alunos ditos normais, apoio esse que é regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, no § 1 do artigo 58, “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

A escola conta também com a parceria do Centro Educacional de Audição e Linguagem - CEAL, o que é um grande ganho no potencial de aprendizado dos alunos deficientes que aceitam o atendimento, tendo em vista a melhor estrutura da instituição CEAL em atender os alunos e seus familiares, o que deveria acontecer com AEE e os professores, para assim alinhadamente obterem a educação ideal para essa criança e ou adolescente.

1. 2. Cenário de ensino aprendizagem

A educação inclusiva de qualidade é um passo de toda uma sociedade que necessita de um desenvolvimento educacional gradativo. A inclusão é objetivo concreto na sociedade brasileira, suas leis, diretrizes e muitos processos para essa inclusão já foram e estão sendo realizados, mas a educação ainda não está apta para receber esses estudantes especiais e a atitude primordial é a reforma curricular para os estudantes da licenciatura. Em particular, na graduação em artes, e em cursos de formação continuada para professores já em exercício, pois com esses profissionais aptos para esse atendimento, a inclusão ganha outras possibilidades para se efetivar.

O motivo do meu estudo com esse trabalho é principalmente o fato de me preocupar ao perceber que ainda temos arte-educadores que saem da universidade com instruções e de vivências adquiridas no decorrer de inúmeras matérias, e mesmo assim saber que estes profissionais ainda não sabem lidar com as pessoas que sua profissão atende, e, principalmente, perceber que eles não sabem lidar com as pessoas especiais que essa profissão atende.

A educação é um direito de todas as crianças e de todos os jovens, principalmente quando essa criança ou esse jovem é um deficiente. Segundo o

artigo 58 da lei 9394/96 da LDB que assegura esse direito, “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos portadores de necessidades especiais”. Portanto, se a lei diz que é de preferência que a educação especial seja atendida na escola pública de ensino é porque esse deve ser o ambiente propício para esse atendimento acontecer, porém, o despreparo do professor é um complicador em potencial para que a lei seja cumprida e aconteça com êxito.

Acredito que um profissional formado deva conduzir sua sala de aula e, caso nela haja alunos deficientes auditivos, que o mínimo de condições exista relação professor x aluno. Entendo que exista um ganho com um professor interprete em sala de aula, porém, ele não é o professor, não foi ele quem planejou a aula, e se um aluno está em sala ele tem de ser valorizado e respeitado como aluno, como cidadão que paga os seus impostos e digno de receber os serviços públicos. Sendo assim, me produz, a saber, fazer a minha parte como arte-educadora pela educação dos deficientes auditivos na minha sala de aula.

É compreensivo que as dificuldades do dia-a-dia na sala de aula serão enormes, mas é necessário que tal profissional se esforce para contorná-las, e para que isso aconteça com todas as licenciaturas, a reforma no currículo dos cursos de graduação é de extrema necessidade, incluindo, por exemplo, matérias com foco na educação especial de forma obrigatória para os licenciandos, pois nem todos têm a consciência de que cada dia mais os deficientes são uma parte significativa nas salas de aula, e que sem o mínimo de preparo é impossível saber lidar com o mínimo de tranquilidade com eles.

Tenho como objetivo expor quanto o curso de Licenciatura em Artes Cênicas tem sérias falhas quando a questão é a educação especial. Faltam matérias direcionadas a esse assunto e reflexões sobre a formação desses alunos, e sem essas reflexões e conhecimentos como se pode exigir uma boa qualidade na educação, sendo que quem a fornece, no caso o professor, não está devidamente preparado para lidar com a deficiência em sala de aula. Com a identificação das reais necessidades dos deficientes auditivos do GISNO, foi mais fácil saber o que mudar na formação dos professores de Artes Cênicas especificamente.

No próximo capítulo desejo falar sobre a formação em licenciatura dos alunos de Artes Cênicas, a minha licenciatura, e o objetivo será falar o como esse aluno está sendo formado e quais são as reais necessidades dos alunos da rede pública de ensino e diagnosticar os pontos que surtiriam mudanças na formação desses professores e, por consequência, na educação dos alunos deficientes.

Por qual motivo a iniciação em LIBRAS não foi inserida no currículo da formação dos graduandos de licenciatura em Artes Cênicas na Universidade de Brasília – UnB? A linguagem de sinais é o início da boa educação dos deficientes auditivos, e como e porque um professor sai da universidade sem saber o mínimo sobre essa linguagem? Responder e compreender perguntas como essas serão o objetivo do presente trabalho, bem como apresentado no artigo 59-III do capítulo cinco da LDB, “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitá-los para a integração desses alunos nas classes comuns”. A educação inclusiva de qualidade é um passo ao progresso, passo esse que não está sendo respeitado diante das nossas leis e diretrizes.

1.2.1. Inserir e/ou incluir, o que é isso?

Se for feita uma enquete perguntando às pessoas se são ou não favoráveis à inclusão de pessoas deficientes no sistema regular de ensino, certamente a grande maioria dirá que é favorável e aqueles que se posicionarem de forma contrária causarão estranheza. Portanto, para que seja mais claro esse posicionamento é necessário que se conheça antes, o porquê e o para quê do processo de inclusão:

CONCLUIR PENSAMENTO.

- INSERIR vem de introduzir, no caso das escolas, introduzirem os alunos com deficiência em sala de aula;

- INCLUIR vem de colocar como iguais, no caso das escolas, oferecendo aos alunos igualdade de condições, respeitando os limites de um e do outro.

O processo de inserir é diferente de incluir, e tenhamos isso muito claro, inserir é um caminho para o incluir. OGISNO é a escola de maior relevância nesse trabalho e ainda está em um processo de inserção, hoje muito mais perto da inclusão que nos anos em que estudei na escola, já que conta agora com o apoio, ainda que precário, da AEE. Inserir é colocar os alunos deficientes nas salas de aulas com os “ditos normais” e somente isso, como aconteceu e acontecia com os outros deficientes nos anos em que eu estudei na escola, enquanto incluir é dar total apoio a formação desse aluno e ter certeza que o processo cognitivo desse jovem está sendo respeitado como o AEE procede, e com o apoio do CEAL esse processo avança mais um passo no rumo do êxito.

A necessidade de incluir os deficientes auditivos na escola é bem maior do que imaginamos, tendo em vista que o país está voltado para uma política de inclusão processual, como por exemplo: vagas de emprego reservadas para os deficientes; atendimento preferencial em praticamente todos os departamentos público, tais como filas de banco, hospitais e outros. Enfim, muitas coisas são sendo feitas para a inclusão acontecer, sendo as escolas o passo fundamental para essa inclusão, tendo como princípio norteador que a escola é o principal agente de formação do sujeito, sendo, também, a principal responsável pelo meio de educação.

A partir do momento em que a escola for inclusiva, toda a sociedade terá uma base mais sólida para defender a inclusão. Nesse sentido defendo que a solução seja passar por uma melhor capacitação na formação do novo corpo docente, principalmente nas graduações de licenciatura. A reforma curricular é de extrema necessidade aos futuros educadores tendo em vista a necessidade urgente de terem reflexões sobre esse tema, matéria específica e obrigatórias sobre a deficiência em sala de aula, já que essa é a base para todo e qualquer professor. É uma licenciatura bem fundada, com temas cotidianos bem trabalhados fortalecendo a atuação desse professor em sala de aula. Existe também a necessidade de obrigar aos já licenciados e atuantes como

professores, que não tem uma base fortificada, a exigência da formação continuada para que estes professores já em atuação sejam capazes de reconstruir a relação já existente entre os regentes e os alunos com deficiência das classes de ensino.

2. O ENSINO DE ARTES

O ensino das artes foi colocado na educação nacional como obrigatório no Brasil em 1971, através da Lei de Diretrizes e Bases:

... entende-se que aprender arte envolve não apenas uma atividade de produção artística pelos alunos, mas também a conquista da significação do que fazem, pelo desenvolvimento da percepção estética, alimentada pelo contato com o fenômeno artístico visto como objeto de cultura através da história e como conjunto organizado de relações formais. (LEI N.5692 da LDB, de 11 de agosto de 1971)

Ao se fazer conhecer arte, o aluno percorre trajetos de aprendizagem que propiciam conhecimentos específicos sobre sua relação com o mundo exterior. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em especial as propostas de Arte envolvem complexas questões. Eles já estão nas escolas, influenciando a prática pedagógica e também gerando inquietações, inclusive em nossa área. Em todos os ciclos da educação fundamental os Parâmetros Curriculares dão à área de Artes uma grande abrangência, propondo modalidades artísticas: Artes Visuais, com maior amplitude que Artes Plásticas, englobando artes gráficas, vídeo, cinema, fotografia e as novas tecnologias, como uma modalidade específica. Estabelecem três diretrizes básicas, eixos da chamada “Metodologia Triangular”, ou como defendida por Ana Mae Barbosa, a “Proposta Triangular” e se já conhecida, são os seguintes eixos: Produzir; contextualizar; e apreciar.

A disciplina Artes foi se profissionalizando aos poucos, porém, continua sendo foco de pré-conceito sobre sua relevância no currículo escolar, como se pode notar na carga horária destinada a tal disciplina, e na hora de solicitar tempo para atividades extraclasse.

No processo de aprendizagem do ensino de Arte, os PCN auxiliam os professores a identificarem atividades e demonstram a importância da disciplina de artes como qualquer outra matéria do fluxograma de ensino. Já o aluno produz ou aprecia obras de arte e desenvolve sua percepção e imaginação, promovendo recursos indispensáveis para compreender outras áreas do conhecimento humano. Os exemplos são variados e um bom exemplo é o aprendizado dos períodos históricos, que podem ser melhor entendidos

quando se comparados as produções artísticas de cada época. As escolas costumam usar trabalhos manuais como atividade de apoio ao desenvolvimento da leitura e da escrita, e apresentações teatrais fazem parte da estratégia didática para várias disciplinas que não só as artes.

O trabalho do professor exige boa vontade e dedicação. O conteúdo exposto tem que estar aliado a aprendizagens referentes a assuntos de importância social e individual, inserido no social, engana-se o professor ao pensar no seu trabalho restringindo ao conteúdo de sua matéria. Esse conteúdo terá que dialogar com assuntos pertinentes a outras matérias, assim com ao ser humano, entramos então na questão da interdisciplinaridade.

"Pensar em disciplinar parte do princípio que nenhuma forma é em si mesma racional. Tenta, pois dialogar com outras formas de conhecimento deixando interpenetrar por ela. Assim, por exemplo aceita o conhecimento do senso comum como válido, pois é através do cotidiano que damos sentido a vida, ampliando através do diálogo com conhecimento científico, tende a dimensão utópica e libertadora, pois permite enriquecer nossa relação com o outro e com o mundo"(Fazenda,2008)

Um professor que assume características interdisciplinares promove a coletividade provocando a troca dos diversos saberes, atrelado a isso também o respeito à opinião do outro, tendo no diálogo a resolução dos problemas, mobilizando um conjunto de pessoas a idealizarem criarem e realizarem. Acaba-se com divisões entre disciplinas em prol de um conhecimento amplo e interligado

A educação está vivendo atualmente um momento revolucionário de grande transformação. O conhecimento passa a ser tratado por suas respectivas áreas, assim sendo, o teatro como área específica através de sua pedagogia teatral nessa contemporaneidade tenta dar conta neste processo educacional suprimindo o que julga essencial na formação desses cidadãos.

No momento em que a lei N5692 da LDB de 11 de agosto de 1971 foi instituída no Brasil não se tinha professores institucionalmente capacitados, daí surgiu a necessidade de criar os cursos de graduação de Educação Artística qualificando assim os novos professores para lecionarem apenas para o 1º

grau da educação formal. Com a constituição de 1988 percebeu-se a necessidade de elaborar a lei de diretrizes e bases para a educação nacional (LEI N 9394/96) que ficou conhecida como Lei Darcy Ribeiro, em que afirmava a obrigatoriedade.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.
Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

...

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

...

X - garantia de padrão de qualidade;

...

TÍTULO III

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

II - universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

...

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino definido como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.” (BRASIL, 1996)

As leis são imensas e abrangem toda a educação, mas como o foco aqui é a educação de portadores de necessidades educativas especiais é necessário esse recorte, e nele claramente é notório ver que é um direito formalizado por leis, e que ainda não são cumpridos com dignidade aos deficientes.

As aulas de artes cênicas podem ser aulas mais lúdicas devido à flexibilidade de transmissão de conhecimento, diferentemente das disciplinas de exatas que exigem mais rigidez no conteúdo, o que coloca as aulas de arte em momentos perfeitos para o conhecimento corporal e da capacidade de cada um dos alunos, principalmente quando os objetivos forem aulas mais práticas do que teóricas, por existirem nesses momentos uma interação aluno x aluno e professor x aluno mais tranquila, isso é, se o professor for capacitado a lidar com alunos com as diferenças que existem em sala de aula.

2.1. Estágios Obrigatórios

Na universidade tive vários momentos em que pude observar salas de aula e, sempre que tive essa oportunidade me dirigi ao CED GISNO, por sempre o considerar um bom lugar para observar o cotidiano difícil que é o do ambiente escolar.

De 2009 a 2011, observei a mesma professora, coincidentemente a mesma que me dera aula na minha época de estudante do CED GISNO, o que sempre me fez ter dois olhares, um primeiro olhar que era o mesmo de quando eu era aluna dela e outro que aprendi a ter quando passei a ser universitária ouvinte. E as conclusões sempre foram às mesmas, para ser uma professora de Arte, tem que ser pela educação, pela vontade de mudança de geração e não por alguma frustração adquirida ou ainda por falta de opção.

Dada à natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se da licenciatura que desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente irem construindo seus saberes-fazeres docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano. (PIMENTA, 1999, p.18).

O professor deve ter uma compreensão da educação num âmbito social por inteiro e não apenas a do conteúdo, e para essa compreensão existir será necessária uma formação que alie teoria e prática, sendo capaz de capacitar o futuro professor para a sala de aula propriamente dita. Não adianta apenas um conhecimento vasto em teoria sendo que dentro da sala a realidade é bem mais complexa, e é dessa experiência que resultará o aprendizado do futuro docente; só se aprende com uma vivência, evidente que atrelada à prática, e por isso a necessidade de vivenciar matérias que possuam como foco a realidade de sala de aula.

A cada aula vivenciada, mais a minha certeza de ser educadora se afluía, mas com a vontade de fazer mais pelos alunos, e talvez por isso tenha me incomodado tanto ao ver uma ótima professora para os ouvintes (pois como citado, fui aluna dela e a tenho como muito boa professora) não ser minimamente preocupada em se comunicar com os alunos deficientes auditivos. Me incomodava ao ver uma ótima professora, passar como atividade para um aluno deficiente auditivo, que é bom aluno nas outras disciplinas, um texto a ser copiado, enquanto o restante da turma debate outro tema, outro texto. Esses fatos aconteceram nas minhas observações, durante a disciplina de Didática Fundamental no primeiro semestre de 2011.

No segundo semestre me matriculei na disciplina de Estágio Supervisionado I, com o professor Graça Veloso (CEN/UnB) e nela tive novamente que fazer observações em escola e, fui novamente ao CED GISNO. Para a minha surpresa lá estava outro professor, o professor Joselito, jovem como professor, mas que muito me surpreendeu. No então momento ele estava trabalhando a individualidade cultural, com as vinte e duas turmas do matutino. Todas as turmas eram divididas em grupos de afinidade e se preparavam cada qual no seu grupo para a feira cultural da escola. Cada grupo montaria um projeto, e como todos os outros projetos, o apresentariam para a turma. Durante o bimestre, eles executariam passo a passo o seu projeto nas aulas, aprendendo a lidar com as dificuldades, e sem poder “abandonar o barco”, até a apresentação final que acontece na feira cultural da escola, para toda ela apreciar o projeto cultural de cada grupo das turmas do matutino.

O mais relevante para este trabalho foi o comportamento que o professor me apresentou ter com os alunos deficientes auditivos, a interação

com os mesmos era incrível de se ver. Para minha surpresa o professor dialogava de forma informal com todos os alunos, e com os deficientes auditivos não era diferente, ele não sabia muitas coisas em LIBRAS, mas isso não impedia a comunicação, eles usavam gestos, escritas e até mesmo a fala, mas calmamente ele se comunicava muito bem com os alunos deficientes auditivos. Na turma em que tive maior acompanhamento, a turma do 2ºC, a comunicação um com os outros foi muito tranquila. Os alunos se comunicavam muito bem com os alunos deficientes, inclusive os que não compreendiam nada sobre LIBRAS. Nessa turma, os alunos deficientes não fazem grupo apenas entre si como nas outras e sim grupos com os outros “ditos normais”.

No trabalho da feira cultural, os grupos eram mistos, e incluíam entre si alunos deficientes auditivos junto com os demais alunos, e um grupo me chamou atenção, pela qualidade do processo. Nesse grupo eram duas alunas deficientes e um menino “dito normal” e eles criaram o Museu Voador (fotos em anexo) que trata de moda, desenho e montagem de figurinos. Isto foi um bom processo, tendo em vista que eles completaram o ciclo concluindo muito bem o trabalho e passando pelos pilares de uma aula de arte com criatividade, companheirismo e entrega, e tudo isso com o apoio do professor para os momentos em que o grupo julgava necessário e, assim, o professor respeitou as individualidades e particularidade de cada aluno.

O professor Joselito me informou que mesmo tendo sido formado em uma faculdade de artes (Faculdade de Artes Dulcina de Moraes), assim como na UnB, nunca teve matérias em que o foco fosse a educação especial, apesar de ter tido professores que passaram por esse assunto. Completou dizendo que quando chegou à sala de aula teve que aprender como lidar com esse aluno para não ignorá-lo. Essa seria a forma com que alguns professores agem e me fazem ter consciência de que não estão capacitados para lidar com essa realidade em sala e mudar a dimensão da realidade na escola.

2.2. Currículo de artes na UnB

Analisando o currículo do curso noturno de Licenciatura em Artes Cênicas da UnB, alguns dados passam despercebidos pelo aluno que ainda

não tem consciência da importância de compreender pessoas com deficiências em sala de aula, para assim, saber lidar com elas.

Infelizmente não existe nenhuma matéria obrigatória que contemple como foco das aulas o assunto sobre deficiências em sala de aula, apesar de abordada em alguns momentos em matérias como:

- Didática Fundamental;
- Estagio Supervisionado em Artes Cênicas I;
- Estagio Supervisionado em Artes Cênicas II;
- Fundamento e Desenvolvimento da Aprendizagem;
- Metodologia do Ensino do Teatro I;
- Metodologia de Pesquisa em Artes Cênicas e Educação;
- Organização da Educação Brasileira; e
- Psicologia da Educação.

Tais disciplinas são matérias obrigatórias do curso de Licenciatura em Artes Cênicas e acabamos por chegar nesses temas, já que o assunto é inevitável, tendo em vista a relevante presença nas salas de aulas dos alunos com deficiência juntamente com os demais alunos. Mas ainda sim, isso não é suficiente, uma vez que compreendo que todo o conhecimento sobre o assunto ainda seria pouco, já que os alunos estão sempre nos surpreendendo.

Existe a necessidade de se ter matérias como:

- Métodos, técnicas e recursos didáticos para o deficiente mental I;
- Introdução à educação especial;
- Filosofia da educação;
- Aprendizagem e Desenvolvimento do Portador de Necessidade Educacional Especial;
- Avaliação Educacional do Portador de Necessidades Educacionais Especiais;
- O Educando com Necessidades Educacionais Especiais;
- Princípios, Métodos, Técnicas e Recursos Didáticos para Ensino do Portador de Necessidades Educacionais Especiais; e
- Estágio de Observação do Ensino Especial.

Para que sejamos claros com a realidade que se enfrentará na sala de aula existe a necessidade de se conhecer minimamente as possíveis peculiaridades dos alunos que estarão em convívio diário com o professor, e ter a realidade de matérias com o foco nos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais é de extrema relevância.

A partir do momento em que se conhece com o que se está lidando, as estratégias de preparo para se lidar são mais claras, já que elas já foram elaboradas e com isso o dia a dia da sala de aula se torna menos traumático para ambas as partes. Entendo e até compreendo que boa parte dos alunos dos cursos de bacharelado não tenham o devido discernimento da necessidade de terem matérias como as que foram citadas acima, mas acho inadmissível aluno de licenciatura, oriundos de qualquer área, não terem como obrigação fazer ao menos uma dessas matérias. O ideal seria cursar mais matérias dentre elas, mas uma já lhe daria o devido choque de realidade.

Como parte integrante do curso de licenciatura todos os alunos tem como matérias obrigatórias da educação, as seguintes matérias:

- Didática fundamental;
- Psicologia da educação;
- Organização educacional brasileira; e
- Fundamentos da educação.

Analisando as disciplinas didático-pedagógicas acima, posso indagar: Porque a educação especial é deixada de lado como processo fundante da formação dos profissionais da licenciatura? Como exigir desse profissional um conhecimento não adquirido na universidade? Infelizmente ele não é culpado, ele apenas não se lembrou desse público, já que não teve como matérias obrigatórias, disciplinas que o colocasse na realidade dessas pessoas, o que se torna mais frequente nas salas de aula de todo o país.

Não acredito que a LIBRAS seja a única solução da falta de compreensão dos professores com os alunos deficientes. Depois de muitos debates na disciplina O Educando com Necessidades Educacionais Especiais(Faculdade de Educação/UnB), percebi que ambos, aluno e professor, tendem a ter o mínimo de contato com a vivência do outro. O aluno deficiente auditivo deveria ser minimamente oralizado quando existe essa possibilidade e, quando não

tiver essa possibilidade, ter a boa vontade de tentar entender por outras formas que não só pela LIBRAS. O mesmo vale para o professor, tentar saber minimamente modos de se comunicar com os alunos; o fato de se dedicar um momento para um aluno com deficiência mostra ao aluno que ele, como professor se importa com seu aprendizado e lhe dá motivos para continuar tentando concluir a disciplina sem se enganar com um texto qualquer.

2.3. Leis que norteiam a educação de Portadores de Necessidades Educacionais Especiais

Como tudo na configuração de civilização que vivemos hoje, para se ter realmente um valor significativo, existe a necessidade de se terem leis que regulamentem o que se pretende fazer. Com a educação de Portadores de Necessidades Educacionais Especiais não seria diferente, para tanto, existem algumas leis que dão o respaldo as necessidades do deficiente e sua família, para que ambos não aceitem menos que os seus direitos, seja ele pela saúde, pelo transporte, pelo trabalho ou pela educação pública de qualidade em classes regulares.

No processo de iniciação da compreensão do que representam essas leis para os deficientes tive que passar por alguns “alertas” durante a minha estadia na UnB. Logo após ser aprovada tive alguns “alertas” que acabaram por me obrigar a procurar maneiras de se compreender de forma menos traumática.

- **Primeiro Alerta**

Uma criança de oito anos, cursando normalmente a segunda série do ensino fundamental (atual terceiro ano), com muitos elogios em suas atividades, um bom comportamento em sala de aula e com relacionamento distante dos demais colegas de classe é reprovada no final do ano e com o seguinte dizer aos familiares que questionam a decisão da professora responsável pela turma: “Mãe, a senhora há de convir que o seu filho seja um tanto quanto imaturo para prosseguir com essa turma. Será melhor para ele que se atrase um pouco e que ganhe experiência para poder

acompanhar a próxima turma no ano seguinte”.Exatos dois anos depois deste acontecido, a família desse aluno foi informada que o mesmo era portador de altas habilidades no campo do aprendizado humano, o aluno que era imaturo tinha grande capacidade de se concentrar nos exercícios e não conseguia de relacionar com os colegas como os demais meninos de sua idade.

- Segundo Alerta

Uma Jovem de 15 anos tenta um suicídio e assim desencadeia uma serie de exames chegando à conclusão que a mesma tem uma lesão na área da concentração, respondendo assim as perguntas, não feitas pela família, ao tardiamente perceber que a jovem tem dificuldades de assimilar informações no primeiro momento em que as recebe.

- Terceiro Alerta

Em uma observação de sala de aula “dita normal”, uma universitária ao perguntar para a regente da turma porque os alunos portadores de necessidades educativas especiais fazem atividade diferente da turma (a turma lia um texto e discutia com perguntas e respostas em um debate sobre a Grécia enquanto os alunos com necessidades educativas especiais copiam outro texto do livro para o caderno em outra parte da sala de aula, os distanciando ainda mais do restante da turma), a regente de sala responde questionando o sistema educacional publico, por colocar os alunos necessidades educativas especiais junto com o restante da turma sem consultar o professor, sem saber se o mesmo tem condições de lidar com trinta e cinco alunos “ditos normais”e mais cinco alunos deficientes e isso sem acrescentar nenhum real a mais por tal disposição em seu salário.

Foi exatamente nesse momento que dei um basta na ingenuidade de não saber o que falar diante dessas atrocidades. O menino de oito anos e essa jovem são meus irmãos e universitária sou eu. E por ter que vivenciar isso hoje, não consigo entender como um professor pode se considerar formado e

capacitado para ir à sala de aula se ele não sabe como proceder diante de um deficiente.

Com essa sequência de alertas pude perceber que fui motivada a traçar os meus objetivos profissionais. A partir desse momento obtive como meta fundante ser uma boa educadora, poder ser minimamente qualificada para atender os alunos com necessidades educativas especiais com a mesma qualidade de ensino que os demais alunos de determinada turma.

Certo que a educação é de direito a todas as crianças, esse é um dos direitos que está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em que diz:

Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

Artigo XXVI

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada aos seus filhos. (Declaração Universal Dos Direitos Humanos)

O mesmo direito é reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, essa uma lei mais enfática com a educação especial, já que se é colocado um capítulo exclusivo a isso, em que diz:

CAPÍTULO V

Da Educação Especial

Art. 58. Entendem-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições

específicas dos alunos, quando não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único.

O Poder Público adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (BRASIL, 1996)

Esse direito foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos, que além de reafirmar esse direito, fala sobre a qualidade dessa educação para todos nos seguintes trechos:

(...) “Em consequência, nós, os participantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, reunidos em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990:

Relembrando que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro;

ARTIGO 1 . SATISFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM

1. Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem.

Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e

continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo. (Brasil, 1993)

Ciente de que as escolas devem ter de encontrar formas para educar com qualidade todas as crianças, incluindo as que apresentam incapacidades graves, não posso como educadora em artes cênicas não ter capacidade para ser parte fundante na educação dessas crianças. Os professores do sistema público de ensino, principalmente por servir a comunidade que paga seus impostos, devem exercer uma pedagogia saudável como diz a Declaração de Salamanca, 1994:

A educação de alunos com necessidades educativas especiais incorpora os princípios já comprovados de uma pedagogia saudável da qual todas as crianças podem beneficiar, assumindo que as diferenças humanas são normais (BRASIL, 1994)

A partir desse momento os problemas diminuem em um terço, e temos a sociedade com menos preconceito com as diferenças e com mais respeito aos seus semelhantes, “as escolas centradas na criança são, assim, a base de construção de uma sociedade orientada para as pessoas, respeitando quer as diferenças e a dignidade de todos os seres humanos” (Brasil, 1994)

Tendo esse modelo de escola com base de uma educação conseguiremos diminuir os índices de evasão escolar o que ajudaria bastante na compressão das diferenças, em geral, da sociedade atual. Na educação isso significa que os professores tenham colocado à disposição condições dignas de se lecionar com essas salas de aulas onde existam alunos com necessidades especiais declaradas, os “ditos normais” e os que entre os “ditos normais” têm alguma deficiência não declarada. E todos eles têm o direito de terem uma educação de qualidade e isso se refere na seguinte citação:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (Brasil, 1994)

As crianças com necessidades especiais juntamente com a família da mesma devem receber apoio pedagógico suplementar no contexto do currículo regular para que não haja a necessidade de um currículo diferenciado. Tendo por princípio as declarações em que me apoio, educação inclusiva se dá ao fornecer a todas as crianças a mesma educação, proporcionando apoio pedagógico que suplementem as dificuldades que cada um delas necessite. Tendo em vista que a atual realidade das escolas, no que tange a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, elas têm muito em que se aprimorar, pois o envolvimento dos órgãos políticos em âmbito nacional, regional e local ainda é insignificante. As instituições educacionais funcionam com precariedade de profissionais habilitados e a ausência de políticas corretas de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Acredito que uma solução em médio prazo seja a habilitação tanto dos pais, da comunidade, dos professores atuantes e principalmente dos professores em formação e de todos que se relacionam com uma criança ou adolescente com necessidade educacional especial, através de cursos, seminários e atividades extras escolares e, porque não de uma reforma curricular. Possivelmente assim haverá uma melhor adaptação na convivência de todos.

Considerações Finais

Tenho a consciência de que o meu objetivo com esse trabalho não foi e não será alcançado por agora, mas o trabalho de “formiguinha” é sempre válido, e pode ser alcançado, se cada dia mais dialogado com os colegas de graduação e com os professores, disseminando assim, a importância de ser ativo com os deficientes. Tenho ciência também que isso é um processo lento e gradativo, mas que um dia será alcançado. O respeito um pelo outro um dia será mútuo e eu me orgulharei de fazer parte dessa mudança.

Materializar esse trabalho foi um bom começo pessoal, e poder ter em mãos as ideias do que está errado e o que deveria estar certo, é para mim como graduanda uma vitória, por saber que vou sair da graduação consciente do que me espera na rede pública de ensino. Provavelmente não completamente preparada, mas ciente.

Por fim, foi gratificante conviver na graduação com pessoas que não acreditavam na importância desse tema e hoje poder dialogar melhor sobre as falhas em nossas graduações e perceber nessas pessoas o quanto pude despertar delas o gigante do questionamento.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília: MEC, 1993.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994

_____/ Secretaria de Educação Fundamental / Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares**. Brasília: MEC/SEF/Seesp, 1999.

_____/ Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/Seesp, 2001.

_____/ Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2011.

DORZIAT, Ana. **O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas Identidade/Diferença, Currículo e Inclusão**. São Paulo: Vozes, 2009.

Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial. **Revista da Educação Especial**. Brasília: MEC, 2006.

OLIVEIRA, Luzia de Fátima Medeiros. **A formação docente na escola inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. In FAZENDA, Ivani. Didática e Interdisciplinariedade. São Paulo: Papirus, 2008.

GISNO. **Plano político pedagógico da escola Centro Educacional GISNO**. Brasília, 2013.

SOUSA, Sandra Zákia Lian; PRIETO, Rosângela Gavioli. **A educação especial**. In OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Thereza. Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002

Sites de consulta:

- www.planalto.gov.br/leis/
- http://www.atitudedfm.com.br/noticias.asp?co_noticias=597
- <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>
- http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm

ANEXOS

As Fotos em anexos foram tiradas em momentos diferentes das aulas observadas em estágios com o Professor Joselito e estão como anexo a título de observar e registrar o trabalho que aconteceu em sala de aula que teve como o título de Museu voador, esse trabalho foi feito por alunos deficientes e outros ditos “normais” conforme relatos no decorrer do trabalho final de curso.



